

RESUMO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS - ZOOTECNIA

**BARREIRAS COMERCIAIS E SANITÁRIAS NAS EXPORTAÇÕES DE
CARNE BOVINA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO BRASIL**

Bruna Gomes Dos Santos (bruna21gomesdossantos@gmail.com)

Adriana De Lima E Silva (adrianadelima99@yahoo.com.br)

Crysthal Gonçalves Da Silva (Crysthalgoncalves@gmail.com)

Italo Serri Sartório Lopes (italo.serri@ufrj.br)

Greicy Sofia Maysonnave (greicysm@ufrj.br)

O Brasil ocupa posição de destaque no mercado mundial de carne bovina, consolidando-se como o maior exportador global dessa proteína; entretanto, essa liderança exige constante adequação às rigorosas exigências sanitárias e regulatórias impostas pelos países importadores, que frequentemente utilizam barreiras não tarifárias como instrumentos de controle comercial. Este estudo teve como objetivo analisar as principais barreiras sanitárias impostas ao Brasil, sobretudo pela União Europeia (UE), destacando seus fundamentos sanitários e políticos, assim como os desafios enfrentados e as estratégias adotadas pelo setor pecuário nacional para assegurar competitividade no mercado global. A pesquisa adotou abordagem descritiva e qualitativa, baseada em dados secundários de artigos científicos, relatórios técnicos e bases oficiais, incluindo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise revelou que episódios pontuais provocaram interrupções significativas nas

exportações brasileiras de carne bovina, como em 2017, quando fraudes identificadas em frigoríficos na chamada “Operação Carne Fraca” resultaram em restrições temporárias de países como China, Coreia do Sul e Chile. Em 2021 e 2023, casos atípicos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) levaram China, Tailândia, Irã e Jordânia a suspender importações por períodos de até três meses. Já em 2024, a União Europeia determinou a suspensão das compras de carne de fêmeas bovinas devido à restrição ao uso de ésteres de estradiol em protocolos reprodutivos, evidenciando uma postura historicamente mais política que científica, associada ainda à iminente entrada em vigor da Lei Antidesmatamento, que vincula importações a critérios ambientais. Nesse contexto, ferramentas como o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (SISBOV), a atuação de certificadoras credenciadas e a implementação de protocolos sanitários mais rigorosos tornaram-se estratégicas para manter o acesso a mercados premium, como a Cota Hilton. Além disso, acordos comerciais, como o firmado entre Mercosul e União Europeia, que prevê cotas preferenciais e redução progressiva de tarifas, demonstram que, mesmo diante de barreiras, existem oportunidades de expansão a serem exploradas. Observa-se que a presença de normas claras e de estratégias estruturadas é essencial não apenas para garantir a saúde e segurança alimentar, mas também para consolidar práticas sustentáveis e fortalecer a imagem internacional da carne brasileira. Conclui-se que as barreiras sanitárias e interrupções nas exportações impõem desafios de natureza sanitária, política e ambiental, mas também incentivam avanços estruturais na pecuária nacional; a adoção de rastreabilidade, boas práticas de manejo e estratégias diplomáticas robustas evidencia a capacidade do Brasil de se adaptar às exigências internacionais, preservando sua liderança e consolidando-se como fornecedor confiável e competitivo de alimentos seguros e de qualidade, evidenciando os desafios enfrentados e as estratégias adotadas pelo país para manter sua competitividade no comércio global.

Palavras-chave: barreiras não-tarifárias; carne brasileira; união europeia; políticas comerciais; regulamentação sanitária.